

Os Desafios de Implantação efetiva da lei 10.639 / 2003 nas escolas

Área: Educação

Linha: Educação, Escola, Estado, Lei.

Tema: Lei 10639/2003 e Ensino Médio

Belo Horizonte

Universidade Federal de Minas Gerais

Curso de especialização: Gênero e Diversidade na Escola

2016

Autora: Simone de Fátima Vieira Sales

Título: Os Desafios de implantação efetiva da Lei 10639/2003 em escolas.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE) pela
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG).

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

Data da defesa/entrega: 04/03/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Luciana Maria de Souza

Johanna Katiuska Monagreda

Local: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dedicatória:

Dedico esse trabalho ao meu filho Arthur José que sempre esteve ao meu lado, apoiando e incentivando e também meus alunos e colegas de trabalho que foram à inspiração para a escolha do tema.

Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar a Deus, aos meus Guias, minha família e em especial ao meu filho Arthur José pelo apoio e incentivo em todos os momentos e principalmente nas dificuldades. Agradeço a Cássia pela paciência, apoio e observações sempre pertinentes em todas as etapas do trabalho e também ao Professor Marco Aurélio Máximo Prado pelas orientações e intervenções sempre precisas e pontuais.

Epígrafe:

“Você pode não ter a beleza dos astros, nem a força das correntezas do mar... Porém é na beleza da letra da mais linda canção e no som da mais bela oração que sai da sua boca, é que reside a sua beleza e onde você encontrara a força jamais vista ou sentida. Assim como o vento sempre sopra no sul e chega ao norte, assim é que encontrará o sentido da existência dessa essência divina dentro de cada pessoa. Não importa quantas voltas você dê ao redor do universo, você sempre estará onde Deus quer que você esteja. Nunca deixe se levar pelas aparências, pois a real face pode estar debaixo de uma máscara. Abra as janelas do seu quarto, deixe o brilho do sol entrar, dê oportunidade para as novas coisas, isso implica crescimento. Seja disponível para a vida lhe entregar um presente. Abra os olhos do seu coração e siga a voz de Deus.”

Ana Carolina de Jesus.

RESUMO

A pesquisa que se apresenta tem como tema central a efetiva da aplicação da Lei 10639/2003 na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage. Objetiva-se a analisar falhas e lacunas e buscar aplicar efetivamente na escola pesquisada o estudo da História e Cultura Afro- Brasileira, ou seja, o que determina a Lei 10639. Dessa forma, busca-se no primeiro capítulo, analisar e dialogar com ideias de diferentes autores que tratam da temática e tecem um estudo sobre a situação do negro no país com base em dados concretos e pesquisas e dessa maneira levar aos estudantes uma melhor percepção dos reflexos da escravidão nos dias atuais. Em um segundo momento, faz-se um estudo sobre os desdobramentos da lei 10639 e importância de se trabalhar a diversidade no universo escolar. O terceiro capítulo vai analisar a importância do professor para a efetivação da proposta, bem como para a implementação efetiva da lei nas escolas brasileiras e especialmente na escola pesquisada. Identificando as lacunas e falhas que comprometem o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, através de observações e conversas com colegas de trabalho, direção, funcionários e alunos da escola, foi possível traçar um perfil de como a efetivação da lei 10639 não se configurou na escola pesquisada e procurar a partir disso e da construção de um novo Projeto Político Pedagógico (PPP), implantar de forma significativa a temática na escola. Fez-se, da mesma forma, um estudo de diferentes autores durante a pesquisa e uma análise da bibliografia disponível na biblioteca da escola. O trabalho contou também com a observação participante das atividades relacionadas ao tema que aconteceram durante o ano letivo de 2015.

Palavras Chave: Lei; História; diversidade.

ABSTRACT

The central theme of the present research is the effective application of the law 10639/2003 at school Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage. It aims to analyze the law flaws and to apply effectively at the researched school the study of African-Brazilian's history and culture, that is, what is determined by the law 10639. This way, the first chapter seeks to analyze and dialogue with different author's ideas that deal with the theme and weave a study about black people's situation over the country based on evidences and researches, providing, this way, a better perception of the nowadays slavery reflexes to the students. Secondly, there is a study about the law 10693 developments and about the importance of teaching diversity at school's universe. The third chapter analyzes the teachers importance to the effectiveness of the proposal and the effective implementation of the law at Brazilian's schools, specially the one researched. Identifying the flaws that disturb the study of African-Brazilian's history and culture, through observations and talks with coworkers, headmasters, school employees and students, it was possible to draw a profile of the way the law 10639's effectuation was not realized at the researched school and to look for, based on that and on the creation of a new Political Pedagogical Project (PPP), implanting this theme significantly at the school. It was made, the same way, the same way, a study of different authors during the research and an analyzes of the bibliography available at the school's library. The paper also counted on the participant observation at the activities related to the theme that happened during 2015.

Key-words: law; history; diversity.

Sumário

INTRODUÇÃO:	10
METODOLOGIA	16
Capítulo 1: Diálogo entre diferentes autores	18
Capítulo 2: Trabalhando o direito às diferenças e os desdobramentos da Lei 10639/2003 para a Diversidade.	23
Capítulo 3: A importância do professor para implantação efetiva da Lei 10639 nas escolas.	29
Capítulo 4: Estudo de Caso abordando desafios e perspectivas da implantação da Lei 10639/2003 na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage.	36
Considerações Finais	42
BIBLIOGRAFIA:	48

INTRODUÇÃO:

Este trabalho se baseia na análise sobre os principais desafios em jogo para a efetivação da Lei 10.639/2003 nas escolas. A lei 10.639 de nove de janeiro de 2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares do Brasil.” O que se pretende neste projeto de intervenção é discutir, a partir da análise da bibliografia que aborda esse tema e da observação participante de uma escola estadual de Belo Horizonte, quais são os principais desafios em jogo para a implantação da Lei 10639, com o intuito de contribuir para se pensar em perspectivas de efetivação dos pressupostos dessa Lei no cotidiano escolar. Ao observar a forma como a cultura afro-brasileira é trabalhada no ensino médio, me pareceu que o que continua predominando é a imagem do negro escravo, submisso e cativo e essa imagem não contribui em nada para o desenvolvimento de um sentimento de orgulho e admiração pelos estudantes negros. Consideramos que no dia a dia das escolas faltam espaços para se abordar o protagonismo do negro para o desenvolvimento da sociedade, suas histórias de luta e resistência. Isso não está desconectado das formas como o racismo se manifesta no Brasil.

Para a construção das reflexões contidas neste trabalho, realizamos um estudo bibliográfico sobre a importância da Lei 10.639/2003 e os desafios para sua implantação. Buscamos também analisar a dinâmica de funcionamento e as atividades desenvolvidas pela Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage, que se localiza no Bairro São Gabriel no município de Belo Horizonte. A indagação que orientou essa análise foi: Em que medida no cotidiano, nas relações e nos modos de funcionamento da escola tem sido possível incorporar os pressupostos da Lei 10.639/2003? Para isso, além da observação participante realizada em diferentes momentos e atividades, também foi feito um levantamento das ações que foram realizadas pela escola ao longo do ano de 2015 visando à promoção da igualdade e racial e do ensino da história e da cultura afrobrasileira.

A Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage é uma escola que atende alunos do ensino médio apenas, em três turnos (manhã, tarde e noite). O noturno é o turno que atende alunos trabalhadores e alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e é o turno onde temos mais alunos negros. Trata-se de uma escola de periferia e o número de negros nos turnos da manhã e da tarde é bem menor que no turno da noite. Fica bastante evidente a desigualdade a qual é submetido o estudante negro nessa simples observação. O aluno negro

geralmente é o que chega a menor número ao ensino médio, com defasagem de idade/série e aquele que majoritariamente têm que estudar à noite para conciliar trabalho e escola. E isso é silenciado não só por parte da escola, mas da sociedade.

A aprovação da lei 10639 deu legitimidade para as práticas sociais e proposições do movimento negro brasileiro, foi resultado de lutas e reivindicações que representam para todos os brasileiros e não apenas para a população negra um avanço na luta antirracista. É importante salientar que a escola tem que se reinventar para implantar a obrigatoriedade da lei em seu cotidiano, além de trabalhar constantemente para superar o racismo, reconhecer e valorizar as raízes africanas da população brasileira que sofre com a exclusão e invisibilidade até hoje.

As injustiças e as desigualdades existentes na educação contribuem para a evasão e o abandono, tais problemas precisam de enfrentamento, para isso a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi) possui um Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania (DEDC), (OUANE, 2016). A proposta consiste em planejar, programar e executar as políticas educacionais que contemplam a Diversidade. A criança negra tem que lidar com a discriminação racial logo que entra para a escola e até antes disso e se as questões raciais não são abordadas na instituição que frequenta e as situações que envolvem racismo são invisibilizadas e não trabalhadas de maneira eficiente pela escola, essa criança poderá ter seu processo de ensino-aprendizagem comprometido. Poderá ser um jovem que vai abandonar os estudos e entrar para as estatísticas da evasão escolar? Ou pensar que a escola não é para ela? Que esse não é o seu lugar? Essas e outras questões precisam ser observadas, educadores e escola devem estar atentos para que o direito a educação de crianças e jovens não seja desrespeitado e negligenciado.

Quando falamos da realidade da população negra, estamos falando de pessoas que ainda se encontram em grande prejuízo em relação ao acesso e permanência na escola em função de sua origem, cor de pele e condições socioeconômicas. As desigualdades na escolarização da população brasileira ainda são grandes, apresenta melhoras, porém lentas. Entre 2001 e 2012, a escolaridade média da população preta ou parda aumentou de 5,2 anos para 7,1 anos, quase alcançando a escolaridade dos brancos em 2001, que já era de 7,3. (CONSELHO, p. 32).

A frequência desses grupos no Ensino Médio tem aumentado de forma significativa e a adequação idade-série também avança e de forma mais rápida, ou seja, é justamente entre os grupos em pior situação (rural, negros, 20% mais pobres, região Nordeste) que os resultados

estão melhorando e de forma mais rápida, porém ainda são baixos, uma vez que se verifica que mesmo entre os grupos em melhor situação, a frequência líquida no ensino médio tem índices que se encontram bem abaixo do desejável. Entre os 20% mais ricos, eles são 76%; e na região Sudeste, 62,5%; enquanto entre os 20% mais pobres, os residentes no Nordeste e no meio rural, apenas recentemente, os índices se aproximam de 40% dos adolescentes nesse nível de ensino. O Ensino Médio continua representando um gargalo, principalmente entre os mais pobres. (CONSELHO, p. 32-35).

Existe no Brasil o desafio de melhorar a qualidade da Educação que é oferecida na Escola Pública, e quando se pensa no desempenho escolar em relação à questão da cor, os alunos brancos têm um desempenho significativamente superior aos que se autodeclararam pretos, mas não com relação aos que se autodeclararam pardos. Isto pode estar relacionado à educação dos pais, pois os alunos negros tendem a ser mais pobres do que os brancos. Esses dados podem ter relação com a crença de alguns alunos negros de que o estudo terá um impacto menor na sua vida, devido à discriminação vivenciada no contexto escolar, que afeta inclusive sua autoestima. (Menezes-Filho).

O racismo exerce impacto na aprendizagem de crianças e jovens negros e pobres, especialmente nos alunos do sexo masculino. Segundo Marília Pinto de Carvalho, em seu artigo - O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça - Entre os alunos negros e do sexo masculino, observa-se grande defasagem idade/série. Os meninos negros têm maiores dificuldades em sua trajetória escolar, em seguida vêm às mulheres negras, homens brancos, e em situação melhor, mulheres brancas. Diante dos resultados, diversas políticas públicas que visam à melhoria e avanços foram criadas, entre elas está à aceleração de estudos, à organização do ensino em ciclos e à aprovação automática. Percebe-se nessa pesquisa, que há uma hegemonia nos resultados, é maior o número de meninos negros malsucedidos em sua trajetória escolar e embora a desigualdade racial não fosse foco inicial da pesquisa, as diferenças observadas dentro dos grupos estudados, principalmente entre os meninos negros propiciaram tal avaliação.

Analisando tais dados e informações percebeu-se a urgência de trabalhar questões raciais na escola e a implantação da Lei 10.639 vem de encontro à necessidade de se romper definitivamente com o “mito da democracia racial” que tanto atravanca uma prática escolar fundamentada no princípio da igualdade, onde todos, negros e brancos viveriam em um país onde não há preconceito, todos são vistos como iguais e usufruem os mesmos direitos e oportunidades, há nesse sentido um apagamento das diferenças raciais, e o mestiço se

constitui numa espécie de raça além das raças existentes que simboliza a superação das teorias racistas do século XIX e a inexistência de diferenças raciais acaba por dar sustentação à noção de povo, dessa forma as desigualdades sociais vão se dissociando da questão racial. (SILVÉRIO, 2014, p.137). Uma das raízes desse mito, é que a partir do pacto populista, entre 1930 e 1964, os negros brasileiros foram inteiramente integrados à nação brasileira.

Entre 1930 e 1964, viveu no Brasil o que os cientistas políticos chamam de “populista” ou “pacto nacional-desenvolvimentista”. Neste pacto, os negros foram inteiramente integrados à nação brasileira, em termos simbólicos, através da adoção de uma cultura nacional mestiça ou sincrética, e em termos materiais, pelo menos parcialmente, através da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos, revertendo o quadro de exclusão e descompromisso patrocinado pela Primeira República. (GUIMARÃES).

O mito da democracia racial constituiu-se, portanto como uma forma de disfarçar o racismo, pois dá a ideia de que as relações entre brancos, negros e indígenas eram harmoniosas e livres de preconceitos. Porém, negros e indígenas continuavam em desvantagem em relação aos brancos e sua cultura era considerada inferior. A educação é a forma mais correta e justa de romper com esse mito e a escola tem um papel crucial para o sucesso dessa empreitada, afinal a educação pública brasileira é um direito de todos e todos devem ter acesso a ela de igual maneira. É importante ressaltar que na prática não é bem isso que ocorre, muitas crianças e jovens tem sua vida escolar interrompida ou dificultada por condições socioeconômicas. Então, vem à pergunta: A escola brasileira foi construída para a igualdade? Qual é importância da educação para a diversidade? A escola precisa desconstruir discursos homogeneizadores que estão na base do preconceito. (MACEDO, 2014, p.11).

É preciso lembrar que persiste no Brasil a cultura de privilégios e valorização do padrão branco e eurocêntrico de beleza que permanece no imaginário popular dos alunos negros brasileiros que convivem com esses estereótipos desde a Educação Infantil. Os livros e materiais didáticos sempre privilegiaram o padrão branco, reforçando a hierarquização, onde o que não é negro, ou não vem do negro é enaltecido e tudo que é negro é visto como pejorativo. O padrão europeu persiste em livros didáticos e nas histórias infantis onde as princesas são brancas, loiras, magras e os príncipes que sempre têm que salvá-las também são brancos, altos e loiros. A autoestima das crianças negras acaba ficando baixa e muitas crianças se sentem tristes e deprimidas por não se reconhecerem. Até nos lápis de colorir é possível observar a persistência da hegemonia branca, pois o lápis que é usado para colorir a

pele tem a cor da pele branca e costuma ser chamado por todos de “lápiz cor da pele”. Porém, vem à pergunta que nós educadores devemos fazer para não persistir no erro: Cor da pele de quem?

Atualmente já percebemos mudanças importantes nos materiais didáticos que chegam para as crianças, já temos livros infantis que abordam temas e histórias infantis que tem personagens negros como reis, rainhas, príncipes, princesas, guerreiros e guerreiras africanos. Esse é sem dúvida um aspecto bastante positivo e que vai refletir muito no modo de ver o mundo dessas crianças, além de mudar suas perspectivas e visões quando chegarem ao Ensino Médio.

Enfrentar e combater o racismo na escola não é uma tarefa simples visto que esse não é um problema restrito à escola, então não podemos ser utópicos, sabemos que é um passo importante e poderá contribuir muito para superá-lo na sociedade se ele for enfrentado na escola. Para isso, é preciso garantir acesso e permanência igualitária desse grande contingente de brasileiros na escola, mas não só isso é preciso também proporcionar uma escola que os acolha nas suas diferenças. A escola precisa trabalhar a História da África e dos afrodescendentes brasileiros em uma perspectiva positiva, que faça um resgate cultural e histórico da África, da ancestralidade, religiosidade, organização política, tráfico de escravos do ponto de vista dos escravizados e lutas dos países africanos pela independência, por exemplo, são formas de fortalecer identidades e de se conquistar espaço, voz e direitos. E a Lei 10639 busca afirmar o direito à igualdade de condições de vida e cidadania para essa parcela tão grande e tão importante para a formação do povo brasileiro. É preciso forjar novas relações entre negros e não negros, isso será possível através do acesso a conhecimentos tidos como fundamentais para a vida integrada em sociedade.

A principal motivação ao escolher pesquisar sobre a implantação efetiva da Lei 10639/2003 nas escolas e em especial na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage deve-se a observações que vem sendo feitas ao longo dos anos de trabalho. Percebe-se que mesmo a escola sendo um ambiente tão diverso e heterogêneo, isso não é suficiente para que o direito à diferença seja respeitado, as diferenças nem sempre são vistas como algo natural no ser humano e principalmente entre os jovens, que são pessoas em formação, o que mais percebemos, é sua busca constante pela aceitação no grupo e para alcançar esse objetivo os adolescentes se padronizam, ou seja, todos seguem a mesma moda, o mesmo tipo de cabelo, a mesma marca de tênis e gostam das mesmas bandas. Mas e as diferenças existentes em cada

indivíduo? Aquelas que são naturais de cada um? Onde ficam? Onde se encaixam? O direito que cada um tem à diferença fica em segundo plano e com isso a possibilidade de se criar algo novo, de conhecer coisas novas e de valorizar diferentes culturas também ficam fora do ambiente escolar criado por grande parte dos alunos. O processo de construção de identidades é prejudicado e no caso de alunos negros com baixa autoestima, por não se ver representado na escola, nos livros e nas aulas pode desencadear problemas na rotina escolar e na aprendizagem desse estudante, lembrando que tudo isso se reflete na sociedade em que o indivíduo vive. Pode-se constatar que o racismo é muito forte entre os estudantes do Ensino Médio na escola observada, pois mesmo entre os estudantes negros observa-se certa repulsa ou desprezo por coisas que remetem à cultura negra. Vejamos um exemplo: Eles gostam de capoeira, consideram um esporte legal e interessante, apreciam o ritmo, consideram importante para a própria defesa, porém se referem à capoeira como “coisa de preto”. É notória a necessidade de romper com mitos, crenças e hábitos que estão incutidos nesses jovens, às vezes em casa mesmo, as coisas são passadas a eles dessa forma e chegando à escola ele percebe a alta carga de preconceito presente nos colegas e até nos funcionários e professores que acabam por não desenvolver apreço e admiração pela cultura de seus ancestrais.

A questão das cotas étnico-raciais também provoca intenso debate, a grande maioria dos alunos as enxerga como um privilégio, um facilitador na vida dos negros que vai dar a este grupo a chance de entrar na Universidade sem muito esforço. Os alunos brancos, ou que se veem como brancos se sentem injustiçados por também serem de baixa renda e não disporem de tal benefício. Não é muito fácil para jovens de idade entre 15 e 17 anos identificar a situação de desvantagem dos negros em relação aos brancos, eles não conseguem perceber, por exemplo, que o ponto de partida não é mesmo, ainda que a situação socioeconômica tenha paridade.

Esses foram alguns dos motivadores para a escolha do tema, pois o racismo, ainda que oculto que ocorre na escola é bastante perturbador e incomodo principalmente para uma aluna do GDE, tais situações se mostraram mais evidentes e tornou-se urgente enfrenta-las na escola. As temáticas relacionadas à diversidade precisam estar em evidência no ambiente escolar e no discurso dos professores. Considero esse debate muito importante, pois muitas problemáticas passam despercebidas na rotina escolar e isso representa grande perigo para o processo de crescimento e construção de identidades dos alunos afrodescendentes.

Enfim, houve a detecção de falha no respeito às diferenças na escola pesquisada, o que não significa que a escola não esteja trabalhando para superá-las. A direção, juntamente com professores procura trabalhar a diversidade e implementar atividades que permitam a reflexão de todos sobre temáticas como racismo, homofobia, trabalho infantil, violência contra a mulher e outras. Um exemplo disso foi o evento que ocorreu no segundo semestre de 2015, a Gincana EEGAL (Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage), onde temáticas diversas foram estudadas e debatidas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. Porém, ainda temos lacunas que se mostram evidentes no cotidiano e que precisam ser vencidas, é importante salientar que a participação efetiva e dinâmica de todos os profissionais da escola será primordial para que se obtenha sucesso nessa tarefa.

METODOLOGIA

Esse trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a implantação efetiva da Lei 10639/2003 na escola pesquisada e foi realizado seguindo algumas etapas que serão descritas. Tais etapas foram fundamentais para se alcançar o objetivo proposto que é a observação participante de uma escola estadual de ensino médio localizada na periferia de Belo Horizonte e a análise da bibliografia disponível para pesquisa da temática.

Num primeiro momento, buscou-se observar como a questão racial aparece no cotidiano da escola (sempre pensado a instituição em relação à comunidade na qual ela se insere). Também foi feito um levantamento de como a História e Cultura Afro-brasileira vem sendo trabalhada na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage ao longo dos anos de 2014 e 2015, que foi construído através da observação participante e de conversas informais com diferentes atores que compõe a comunidade escolar. Dessa forma, foi possível perceber as potencialidades, limitações e necessidades da escola. Em um terceiro momento foi feita uma análise da bibliografia disponível na biblioteca da escola sobre a temática africana e afro-brasileira. Foi percebido que os professores não sabem o que se tem de material na escola para trabalhar africanidades em sala de aula, pois muitos livros ainda se encontravam em caixas e outros que já estavam na prateleira nunca haviam sido abertos, foram apenas retirados da caixa, carimbados, catalogados e em seguida foram para estante e lá permaneceram. Fez-se também a análise do livro didático adotado pelos professores de História e foi possível observar como a História da África ainda é abordada nos livros didáticos de forma bastante rasa e até equivocada, pois o que prevalece ainda é o foco na escravidão, na figura do negro

submisso e cativo e dessa forma fica difícil para os alunos conceberem a visão do negro como pessoa humana, que tem sua história, origem e cultura, alguns estudantes não visualizam essa pessoa como alguém que existia antes de ser trazida a força como escravo para o Brasil. Foi feita a análise da bibliografia disponível para professores pesquisarem sobre questões raciais, Lei 10639, avanços, pesquisas, trabalhos e propostas para se trabalhar e implementar tais temáticas na escola. Ao fazer o estudo da bibliografia disponível para pesquisa, foi feita uma espécie de diálogo entre os autores pesquisados e isso possibilitou uma análise interessante sobre os temas abordados nessa pesquisa. Temos um bom acervo e excelentes autores que tratam do assunto, um bom material está disponível na internet para quem se interessar pelo tema.

Foi realizado um estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que é do ano de 2013 e foram criados espaços de diálogo com a equipe gestora da escola com o intuito de discutir a incorporação da questão racial no PPP. A escola já percebeu que é preciso mudar a forma de trabalhar e que é importante que todos participem das discussões e troca de ideias. Durante a pesquisa observou-se que a questão racial e o preconceito encontram-se presentes no ambiente escolar, assim como na sociedade, o que não foi surpresa já que a escola é parte dessa sociedade e relações sociais ocorrem dentro e fora da escola de forma semelhante.

Em 2015 aconteceram na escola atividades que buscaram implantar a Lei 10639 no currículo, porém, essas atividades foram realizadas por alguns professores, em poucas turmas e aconteceram de forma mais restrita com os terceiros anos do turno da manhã. Foram realizadas pesquisas e pequenos seminários que possibilitaram uma discussão calorosa sobre racismo, preconceito, violência, gênero, cotas, educação e trabalho, e nesse momento foi possível perceber o quanto ainda precisamos trazer esses temas para a discussão. Já Gincana Cultural EEPGAL (Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage) foi um momento que envolveu toda a escola e onde várias temáticas relacionadas à diversidade na escola e na sociedade puderam ser trabalhadas. Observações importantes foram feitas:

- É urgente trazer as temáticas relacionadas à diversidade para o ambiente escolar, pois o preconceito ainda é muito grande na escola;
- Professores e funcionários da escola também aprendem com esses trabalhos e os alunos têm muito a nos ensinar;
- Ainda temos um longo caminho a percorrer, pois se encontra resistência quanto a alguns temas específicos, como as religiões de matriz africana;

A metodologia utilizada foi, portanto, análise e observação de fatos e situações do cotidiano da escola pesquisada, bem como o estudo da bibliografia disponível para professores e gestores, tanto na escola como fora dela. Para selecionar a bibliografia que seria utilizada na pesquisa, utilizei os títulos e autores sugeridos no GDE e encontrei excelentes fontes que contribuíram muito para que se pudesse elaborar um parecer mais conclusivo sobre as implicações e dificuldades de implementação efetiva da Lei 10639/2003 nas escolas.

Foi observado que o racismo está presente na escola, é preciso atuar de forma mais eficiente para supera-lo e para que se tenha sucesso nessa empreitada escolar é preciso trazer o assunto para a discussão. Alunos e profissionais da escola reproduzem o racismo presente no seu imaginário e ainda que ninguém se admita como racista, as situações que envolvem práticas racistas ocorrem.

Ainda temos um caminho a percorrer até que a lei 10639 seja implantada, na semana da Consciência Negra não se abordou nenhuma questão relacionada à situação do negro no passado e hoje, não se falou sobre preconceito, racismo, cotas ou conquistas. Essa lacuna precisa ser superada, a naturalização das diversas formas de preconceito existente nas relações humanas constitui um entrave ao seu enfrentamento e pude perceber que isso acontece enquanto observei as relações do cotidiano da escola. A metodologia utilizada para essa pesquisa constituiu-se portando de observações, coleta de informações sobre a forma como a História e Cultura Afro-brasileira são trabalhadas na escola pesquisada, conversas informais com funcionários, professores e alunos da escola, análise do acervo disponível na biblioteca da escola, estudo bibliográfico, análise do livro didático utilizado pelos professores de História da escola, estudo do PPP e encaminhamentos para a construção conjunta do novo PPP, observação, análise, participação e avaliação das atividades realizadas na escola e na Gincana cultural EEPGAL (Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage).

Capítulo 1: Diálogo entre diferentes autores

O racismo no Brasil opera de forma bastante perceptível nas questões econômicas e sociais. Em nosso país, o negro é majoritariamente pobre, mora na favela e tem maiores dificuldades de ascensão social e de acesso à educação. Basta olhar qualquer indicador social para ver que a população preta ou parda vive grandes *gaps*. O Censo Escolar 2012 mostra

que, enquanto 22,4% dos brancos entre 18 e 24 anos frequentam a universidade, o mesmo ocorre apenas para 8% dos pretos e 10,4% dos pardos (CAMARGO, 2014). Os brasileiros, de maneira geral desconhecem tais informações e esse pode ser um das causas do preconceito. Esse foi um dos motivos do meu interesse pelo tema, pois penso que se trabalharmos a questão racial na educação básica poderá contribuir para maior visibilidade dessas questões, através de trabalhos, pesquisas, discussões e seminário poderemos trazer para centro do debate não só o racismo, o preconceito e discriminação social, mas também o protagonismo do negro, suas lutas e conquistas. Dessa forma acredito que a escola poderá contribuir de maneira positiva com a construção da identidade dos alunos afrodescendentes. Pesquisas de opinião apontam que 87% da população brasileira reconhecem e afirmam que o Brasil é um país racista¹. Contudo, os brasileiros muitas vezes negam que sejam autores de racismo. Reconhecer esse fato é fundamental para o enfrentamento do problema e o papel da educação nesse processo é transformador e crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente, fora o Continente Africano e foi o que mais recebeu negros da África, traficados durante o período colonial para serem explorados como mão de obra escrava. Nesse processo, a hierarquização racial serviu para legitimar as relações de dominação e de exploração dos brancos em relação os negros. Era bastante cômodo para senhores de escravos se valerem dessa ideia para justificar a escravidão.

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p. 6).

Diante disso, não se pode negar a existência de desigualdades raciais históricas no Brasil e fugir do debate sobre a importância de se enfrentar o racismo no Brasil. Ele é necessário para se construir um país mais justo e com oportunidades iguais para todos. Na sala de aula, por exemplo, como podemos identificar quem é negro, quem é branco? A partir de quais informações podemos fazê-lo? Atualmente, a genética, a etnologia e a antropologia

¹ Dado da Pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2003 que se encontra no “Guia de Enfrentamento ao Racismo pg. 9”.

partilham certo consenso de que a biologia não é pertinente para utilizar o conceito de raça como meio de identificar e diferenciar seres humanos. Do ponto de vista genético, não existem diferenças suficientes entre uma pessoa com a pele mais escura e uma pessoa com a pele mais clara que nos permitam afirmar que elas fazem parte de “raças distintas”. Geneticamente, portanto, somos todos pertencentes à raça humana e as diferenças fenotípicas entre as populações humanas, que podem ser percebidas atualmente, são resultado de lentos processos históricos de adaptações climáticas. (JESUS; REIS, p.18).

Então, por que as pessoas são racistas? Por que crianças e jovens são racistas? De qual maneira as práticas racistas continuam sendo reproduzidas na sociedade e no cotidiano escolar? Precisamos fazer tais indagações às crianças e jovens na escola, é importante chamar às pessoas a reflexão, é preciso enfrentar o racismo na escola e na sociedade, pois o que acontece na escola é uma extensão do que ocorre na sociedade.

Somos um país racista. A possibilidade dessa afirmação é relativamente recente e resulta de uma conquista histórica do movimento negro brasileiro, conquista que se alcançou com muita luta, muitos debates e muitos embates na sociedade e no poder público. (QUERINO, 2015 p. 9).

Por outro lado, existe nessa mesma população quem demonstre saber que a sociedade é formada e constituída por relações desiguais, mas esses não costumam associar isso à cor da pele, pelo menos no primeiro momento e passam a impressão de que acreditam viver em um país democrático onde todos são iguais perante lei e detentores dos mesmos direitos em relação a essa lei. Há uma grande banalização, por exemplo, da violência que incide sobre grande parte da população jovem e negra no Brasil. E há ainda a tendência de se acreditar que não existe preconceito racial no país, pelo fato de a discriminação não estar durante muito tempo oficializado em uma lei ou pelo mito da democracia racial, que inclusive bloqueou durante anos o debate nacional sobre políticas de “ação afirmativa”, como as cotas. Após a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, a Lei Afonso Arinos foi à primeira lei a ser criada com o objetivo de combater a prática do racismo.

Em 1951, foi criada a Lei 1390/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos. Proposta por Afonso Arinos de Melo Franco, essa lei proibia a discriminação racial no país, ou seja, a separação de raças diferentes. A lei Afonso Arinos se mostrou ineficiente por faltar rigorosidade em suas punições, mesmo em casos explícitos de discriminação racial em locais de emprego, escolas e serviços públicos.

Em 1989, foi criada a Lei 7716/89, mais conhecida como “Lei Caó”. Proposta pelo jornalista, ex-vereador e advogado Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, essa lei determinava a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa.

Um dos maiores triunfos com o aprimoramento da lei contra o racismo foi sua pena. Crime de racismo é inafiançável, mas especifica a diferença entre atitudes que podem ser consideradas como racismo. (INJÚRIA..., 2015).

Já em 1997, o então deputado Paulo Paim buscou a ampliação dos efeitos da lei antirracismo incluindo entre as práticas passíveis de punição o xingamento e as ofensas baseados em origem e cor de pele. (INFOGLOBO, 2013).

No Brasil prevaleceu durante muito tempo à ideia de um país não racista e democrático e ainda hoje os brasileiros não podem se afirmar livres desse pensamento, ele permanece no imaginário. Ocultar fatos ou práticas racistas só contribui com o agravamento de um quadro social que favorece uma população de elite e branca, ou, pelo menos, de pessoas que se identificam com isso. (SILVA, 2014). Programar um currículo antirracista na escola vem de encontro aos anseios de romper com essa ideia de país democrático e livre de preconceitos que muitas pessoas insistem em afirmar que existe.

Quando trabalham com o conceito de racismo simbólico, SEARS KINDER (1971), nos ajudam a compreender melhor algumas facetas do racismo no Brasil. O racismo em nosso país, por um lado, convive com a afirmação de alguns valores igualitários e, por outro lado, com a oposição a políticas congruentes com valores igualitários. Talvez por isso a política das cotas para ingresso nas universidades e concursos públicos é tão criticada em um país que se intitula como não racista.

Outro elemento ligado à questão racial no Brasil é a ideologia do branqueamento que perpassa as práticas sociais, contribuindo para a desqualificação da identidade étnico-racial negra. A cultura ocidental define sujeitos e marcas correspondentes ao “normal”. Nas sociedades racistas, esse padrão é associado ideologicamente à branquitude. Logo aqueles que se encontram fora desse padrão convivem com imperativos para que se “encaixam” de alguma forma. O branqueamento entra nessa questão, como reflexo da imposição de padrões étnicos e culturais. Quando o negro se apropria de padrões e hábitos do branco, ou seja, daquilo que não contempla e valoriza sua cultura e suas raízes, sua identidade fica comprometida. A ideologia do branqueamento, contudo, é invisibilizada no Brasil pelo “mito da democracia racial”.

Como relata Maria Aparecida Silva Bento (2014) em sua pesquisa: Branqueamento e Branquitude no Brasil, o estigma existente em torno do negro é um fator que se relaciona ao branqueamento, como se observa nos estudos de Octavio Ianni (1972), Fúlvia Rosemberg (1985), Ana Célia da Silva (1991) e de outros autores que se ocupam desse tema no país. Estes estudos revelam que, na comunicação visual, o negro aparece estigmatizado, depreciado, desumanizado, adjetivado pejorativamente, ligado a figuras demoníacas. Isso explicita e reforça o preconceito racial contra o negro e ao mesmo tempo reafirma a branquitude como um modelo a ser seguido, afinal o branco representaria o bom, o alvo e os valores mais positivos que ele conhece. Nessa dinâmica, é difícil querer se identificar com os aspectos negativos que rondam a figura do negro, inclusive porque o branqueamento significou e significa até os dias atuais, uma maneira de ser aceito na sociedade em que está inserido e também uma forma de ascensão social.

Como relata Andreas Hofbauer em “Uma história de branqueamento ou o negro em questão”, esse ideário tem sido reforçado ideológica e politicamente a partir do final do século XIX.

O ideário do branqueamento – uma característica importantíssima do racismo brasileiro – tem “atuado como suporte ideológico” das relações de poder patrimonial que se estabeleceram e se firmaram no país.

A partir do final do século XIX, a ideia de branqueamento se transformou num argumento importante no discurso daquela parte da elite brasileira (políticos e cientistas) que queria mudanças econômicas, mas, ao mesmo tempo, mostrava-se preocupada diante de qualquer mudança nas relações de poder estabelecidas. (HOFBAUER, 2006, p. 26).

A escola, por ser uma instituição formadora deverá desenvolver estratégias e criar meios que possam combater e minimizar seus efeitos, aperfeiçoar a prática escolar e desconstruir ideias e comportamentos excludentes e fragmentados.

Apesar da complexidade da questão racial no Brasil e da dimensão das desigualdades a ela relacionadas, temos vivido nos últimos anos alguns avanços na legislação brasileira significativos. Temos, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que tem como principal desafio equiparar direitos e superar o racismo. O projeto de lei surgiu a partir de demandas da sociedade e dos movimentos sociais. Já a Lei de cotas (Lei nº 12.711/2012), foi criada com o objetivo de democratizar o acesso às universidades e instituições de ensino técnicos federais por parte da população negra. O aluno que pretende se

utilizar dessa política para acessar a educação superior ou o ensino técnico federal deverá se autodeclarar negro ou pardo através do censo demográfico, ser egresso da escola pública e comprovar qual é a renda familiar percapita através de documentação.

Também no campo da educação, a lei 10.639 foi criada com o objetivo de superar o racismo e as diferenças que se encontram impregnada na escola e na sociedade, lembrando que a criação da lei 10.639 e sua efetiva implantação no currículo das escolas públicas e particulares no Brasil, não se referem apenas à população negra, mas diz respeito ao povo brasileiro, como um todo. No terceiro capítulo desta monografia apresentaremos melhor essa lei, discutindo sua importância, avanços a ela relacionados e os desafios ainda existentes para a sua implantação nas escolas.

O racismo está presente em toda a sociedade e não só na escola, a responsabilidade de agir contra práticas e ações racistas é de todos nós. Porém cabe a escola um papel importante: criança, adolescente e jovem tem direito a receber educação com igualdade, independente de sua origem social, cor da pele ou gênero. Se a escola superar o racismo e as desigualdades, aumentam as possibilidades de a sociedade e o país, de forma mais ampla, o fazerem também. É na escola que acontecem as relações, por isso qualquer tipo de discriminação que acontecer dentro da escola deve ser enfrentado e combatido para que a educação aconteça plenamente, em todas as esferas. São essas reflexões que justificam a centralidade neste trabalho do debate sobre os desafios da promoção da igualdade racial nas escolas, conforme se observará nos capítulos subsequentes.

Capítulo 2: Trabalhando o direito às diferenças e os desdobramentos da Lei 10639/2003 para a Diversidade.

No contexto educacional, a maneira como a disciplina de História é trabalhada nas escolas brasileiras pode contribuir para intensificar o preconceito e reforçar o “branqueamento” da população como está descrito nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola”:

A concepção de que quilombos eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo, mediante ações e reivindicações dos próprios quilombolas e das pesquisas realizadas por estudiosos do tema. Insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido

histórico, cultural e político dos quilombos. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013 p. 429).

A persistência desse tipo de concepção reducionista no âmbito da educação não só contribui para apagar a memória afro-brasileira como também para reforçar o racismo e afetar a autoestima de jovens negros, que muitas vezes não conhecem e reconhecem sua própria história. Parece-nos que ainda persiste a visão colonial na forma como a escola e os livros didáticos abordam a cultura e a história da população negra brasileira. Professores da educação quilombola, por exemplo, relatam ter dificuldade de trabalhar a história da África nesses grupos. A reportagem de Mariana Tokarnia: “Professores têm desafio de ensinar cultura afro-brasileira, diz diretora” (TOKARNIA, 2015), publicada em cinco de agosto de 2015 no geledes.org, relata o depoimento de uma diretora que afirma que os jovens quilombolas conhecem pouco da própria história, não se reconhecem e nem reconhecem seu potencial. Na reportagem fica evidente a necessidade de trabalhar a autoestima dos alunos e de se aplicar a lei 10639/2003 em sua totalidade, de se vivenciar a história da cultura afro-brasileira no dia a dia da escola.

Os brasileiros, de maneira geral conhecem pouco da História da África, da contribuição social, econômica e cultural dos negros, das religiões de matriz africana, das lutas e da violência contra a população negra. Em conversas informais com alunos do ensino médio durante o desenvolvimento desta pesquisa, isso ficou bastante visível. Quando se fala do assunto em sala muitos afirmam que não existe racismo no Brasil, que há um exagero e que as cotas raciais não são justas porque todos têm direitos iguais, que “já que os negros querem ser tratados com igualdade, devem ter os mesmos direitos e não serem beneficiados pela política de cotas nas universidades”.

Esse tipo de posicionamento não nos parece ser isolado. As manifestações de racismo, ainda que velado, acontecem diariamente e às vezes até pela naturalização do racismo implícito e por falta de filtrar o olhar para a questão tão presente na rotina, ele não é reconhecido ou tende a ser banalizado em algumas situações. E por serem camufladas por ideias ligadas à de democracia racial, questões raciais não estão sendo trabalhadas de maneira correta. Isso reforça a necessidade urgente de que essa temática esteja presente mais na sala de aula e seja trabalhada por professores sensíveis e conhecedores das lutas dos negros e de sua história, não apenas a que está nos livros didáticos. Não podemos esquecer que somos produto de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir

consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005).

A educação eurocêntrica se materializa no cotidiano escolar de forma hegemônica através de padrões e modelos construídos e impregnados na sociedade, e como a escola é uma extensão da sociedade que ainda hoje considera natural que o negro exerça funções subalternas, a escola e o modelo atual de educação ainda reproduzem essa conduta. Mas como a materialização de uma educação eurocêntrica se manifesta no dia a dia dos estudantes? Como podemos perceber tais situações? Práticas racistas evidenciam a supremacia eurocêntrica verificada na escola e fora dela, pois quando situações envolvendo racismo acontecem fica evidente que a sociedade tem como modelo válido de cultura a educação baseada nos valores e fatos ligados a História Eurocêntrica tão evidente e ainda presente nos livros didáticos. O eurocentrismo se manifesta também através de críticas as crenças ou intolerância religiosa, onde se enaltece a supremacia dos valores e da religião de origem europeia e coloca as crenças religiosas de origem africana em situação de inferioridade e com isso os alunos muitas vezes preferem não manifestar sua crença para não ser alvo de preconceito.

Na prática, as questões raciais são trabalhadas na escola de forma bastante superficial e em minha opinião, um dos motivos é novamente o mito da democracia racial que perpassa o inconsciente dos brasileiros ainda nos dias atuais e prejudica a análise da diversidade que é natural de cada indivíduo, mais uma vez o direito a diferença não é vivenciado e nem exercido. Para o brasileiro falar de questões raciais ou simplesmente falar as palavras “negro” e “negra” significa discriminação, as pessoas apresentam dificuldade de falar que alguém é negro. Já presenciei, na sala de professores, durante conversas, se referirem a um aluno negro usando a expressão, “aquele moreninho da última fileira” ou “aquela menina cor de chocolate”. E não são raros os casos de pessoas negras que preferem ser denominadas como “morenas”. Percebe-se que é preciso trabalhar, inclusive a linguagem, além da autoestima para que esse tipo de atitude em relação a si mesmo mude.

Discussões politizadas sobre a cultura e história afro-brasileira não nos parecem ser amplamente estimuladas no cotidiano dos jovens brasileiros, nem casa nem nas instituições escolares, mesmo a diversidade sendo tão presente nas escolas, sobretudo nas escolas públicas. Dessa forma, a população negra segue marginalizada nos dias de hoje, mas as pessoas em geral preferem não enxergar esse fato. Considerando a atualidade de todos esses

desafios, julgamos ser importante discutir em que medida a Lei 10.639/2003 tem possibilitado trabalhar a História do negro, bem como os problemas enfrentados por essa parcela da população ao longo dos anos no Brasil de maneira aprofundada nas escolas. A educação não pode se separar do debate e abordar questões raciais na escola é um convite ao debate, afinal quando se fala de temas como racismo, segregação ou cotas diferentes opiniões pipocam de todos os lados. As políticas afirmativas ainda geram desconforto para parte da sociedade brasileira e isso se reflete na escola. A escravidão que ocorreu no Brasil foi um processo muito cruel, porém grande parte dos brasileiros parecem não dar conta disso e da grande dívida que o país tem com os afrodescendentes.

É por isso que o professor da Educação Básica não pode se abster de trabalhar as questões raciais, ou de gênero e diversidade em suas aulas. O conhecimento é uma arma eficiente contra o racismo e outros preconceitos, como bem explana Fernando Henrique Cardoso:

Não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo. Neste como em tantos outros assuntos o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazi-facismo queimava livros. (CARDOSO *apud* MUNANGA, 2000, p. 9).

Uma das finalidades do ensino médio, etapa final da educação básica está expressa na LDBEN (Lei de diretrizes e bases da educação nacional).

“Art. 35º O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” (BRASIL, 1996).

Portanto torna-se urgente que se dê relevância à temática, que ela deixe de ser vista como um assunto complementar, trabalhado apenas nas aulas de História. Toda a escola precisa se envolver e desenvolver um trabalho interdisciplinar. É preciso que o jovem participe de discussões, seminários, palestras promovidas pelos professores da escola e conheça realmente a História do país e a relevância da cultura afro-brasileira na construção da identidade brasileira. Da forma como o assunto vem sendo trabalhado nas escolas de ensino médio da Rede Estadual de Minas Gerais pouco se tem contribuído para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma identidade de orgulho pela cultura Afro-

Brasileira. Felizmente, isso tem começado a mudar depois que a professora Macaé Evaristo, que tem um histórico de atuação em movimentos sociais, políticas educacionais, inclusão e pluralidade cultural assumiu o cargo de Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, em 2015 aconteceu um evento que foi novidade na Rede Estadual de Minas, ocorreu a 1ª Caminhada da Promoção da Igualdade Racial em toda à Rede Estadual de 16 a 20 de novembro com participação bastante expressiva das escolas estaduais do estado. Porém, a Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage não participou do evento porque já havia trabalhado temáticas étnico-raciais na semana da gincana e também porque a data coincidiu com o fechamento do 4º bimestre e tanto professores como também a direção da escola sentiram dificuldades de participar do evento e também de motivar os alunos que já estavam em ritmo de final de ano e preocupados com as provas finais.

A escola por si só deveria ser uma espaço sem preconceitos, mas na prática não é o que costuma ocorrer. Estão presentes no ambiente escolar não só o racismo, mas a homofobia, transfobia, discriminação com crianças que estão acima do peso e qualquer outro comportamento que não se encaixe nas perspectivas, que fuja do padrão considerado “normal”.

A diversidade étnico-racial é um componente marcante do povo brasileiro e nesse sentido, marca também o cotidiano dos jovens nas instituições escolares e fora delas (CADERNOS TEMÁTICOS: JUVENTUDE E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, 2014, p.110).

Em conversas informais com alunos do ensino médio foi apurado que muitos pensam que a África é um país e que só há doenças, pobreza e animais selvagens vivendo em Savanas. E alguns educadores também compartilham essa ideia, por mais incrível que possa parecer. Isso mostra o quanto o ser humano é vulnerável em face de uma história, como ressalta a contadora de histórias Chimamanda Adichie: O perigo de uma única história, publicado em março de 2010 no geledes.org. Na reportagem ela conta alguns episódios de sua infância na África e das histórias que escrevia, onde seus personagens eram loiros, de olhos azuis e vivia na neve, tal como nos livros britânicos e americanos que ela lia enquanto criança. Diante de exemplos assim pode se afirmar que é fundamental que os brasileiros passem a conhecer e estudar de maneira ampla, verídica e integral a História da África nas escolas, para que não se

perpetue na vida e no imaginário a História Eurocêntrica que sempre foi estudada. Só assim as desigualdades poderão ser combatidas e os negros poderão se orgulhar de sua origem e história (ADICHIE, 2010).

O contato com a diversidade está presente na escola, principalmente na escola pública, que recebe alunos de diferentes classes sociais. Porém essa diversidade nem sempre é reconhecida como característica positiva que pode enriquecer através da troca de experiências, por exemplo. Marcas sociais se interseccionam e interferem no cotidiano escolar e se silenciar para questões que envolvem racismo, misoginia, religião e sexualidade, por exemplo, não é a melhor escolha para o professor e para a instituição escola. Trata-se de um problema social que precisa ser enfrentado pelos atores escolares, são questões que não podem ser esquecidas, ou a escola incorrerá em um grave erro: produzir uma sociedade alienada e manipulável, com jovens que não desenvolveram suficiente discernimento para uma questão ainda presente na sociedade brasileira como é o racismo. Mesmo não sendo debatidas, as relações étnico-raciais, interferem nas relações sociais. Piadinhas, apelidos e brincadeiras de “mau gosto” continuam presentes como expressões cotidianas do racismo.

O saber escolar precisa cada vez mais ser descolonizado. As disciplinas ainda são trabalhadas sob a ótica eurocêntrica e, portanto é urgente a desconstrução dos estereótipos negativos em relação à cultura negra, mas não só isso, também em relação à cultura indígena, ao papel da mulher na sociedade, dos homossexuais e muitos outros aspectos que envolvem a diversidade e que não representam o padrão masculino e heteronormativo. Entender o papel que a diversidade ocupa no espaço escolar é urgente.

O Brasil é um país que teve séculos de escravidão de pessoas negras e não pode mais negar a contribuição que essas pessoas deram para a formação de seu povo, trabalhar a “História e Cultura da África” nas escolas da maneira correta, abordando as contribuições dos negros para a formação do país, na cultura, na ciência, nas tecnologias, na religião, enfim em múltiplos aspectos. Não basta abordar a temática no mês de novembro com uma roda de capoeira, danças ou comidas típicas. É necessário desconstruir essa ideia simplista que não contribui em nada para que crianças e jovens se identifiquem e busquem conhecer mais a África. É preciso que se dê representatividade aos negros e suas lutas, rompendo assim com o racismo institucional presente de maneira muito forte na sociedade brasileira.

Capítulo 3: A importância do professor para implantação efetiva da Lei 10639 nas escolas.

A atuação dos professores é fundamental para garantir aos estudantes negros condições igualitárias de participação no cotidiano escolar e, nesse caso, o que se verifica na escola participante é que a “História da Cultura Afro-Brasileira” é trabalhada no cotidiano das salas de aulas de forma bastante isolada por apenas um ou dois professores, lembrando que para trabalhar a cultura africana em sala de aula é importante que o professor não apresente a África como um bloco homogêneo, é importante que fique claro para os alunos a ideia de um continente bastante diverso e complexo, além de ser carregado de estereótipos e preconceitos que precisam ser combatidos. A amplitude cultural e histórica do Continente Africano pode ser estudada através de diversos enfoques e por esse motivo existe um grande debate sobre qual história africana deveria ser trabalhada na educação brasileira. (CLARO, 2012, p. 15).

- A história africana que interessa é aquela que possibilite a compreensão do Brasil. Aquela que explique os aportes significativos dos africanos para a construção da sociedade brasileira.
- Uma história que abarque a dinâmica das sociedades africanas nos aspectos econômicos, sociais e culturais.
- Uma história que destaque as aquisições tecnológicas, políticas, econômicas e sociais das sociedades africanas.

É preciso romper preconceitos e estereótipos que permanecem sedimentados no imaginário popular, que vê a África como lugar de miséria, doenças, mortes e guerra com pessoas apáticas e submissas. A valorização e o respeito à identidade e cultura africana são pontos cruciais para começarmos a entender sua complexidade. A questão religiosa é talvez um dos maiores pontos de resistência ao estudo da História da África, pois existe um grande preconceito da sociedade brasileira em relação à Umbanda e Candomblé, que são religiões de matriz africana que tem suas Divindades, Orixás e Arquétipos que muitas pessoas não conhecem e por não saber bem do que se trata assumem postura preconceituosa em relação aos cultos e crenças dos seguidores dessas religiões.

É importante ressaltar a necessidade da construção de uma sociedade que se baseie em valores que permeiam o campo da igualdade. A escola é onde a diversidade está mais presente e onde essas relações se iniciam e é, portanto onde se deve agir. Nessa linha, é possível se

pautar pela reflexão de Joseph Ki-Zerboque se encontra na introdução do livro “Síntese da coleção-História Geral da África: Pré-história ao século XVI”.

A África tem uma história. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. (SILVÉRIO, 2013, p. 17).

Investigar tais questões para que se legitime a necessidade de trazê-las às salas de aula, uma vez que existe uma lei que não é cumprida na íntegra. Não se pode relegar a História da África, ou apenas trabalhar essa história em projetos ou feiras culturais, isso é diminuir sua importância e seu papel para a construção da nossa civilização. A sociedade brasileira tem sua origem em diversos grupos, ou seja, temos múltiplas identidades e todas devem ser estudadas e valorizadas, do ponto de vista étnico, histórico, cultural e social e, portanto objetos, documentos, espaços, línguas, obras e formas de expressão devem ser resgatados e usados como registro de uma história que não pode ser apenas contada pelos mais velhos e sim estudada de forma séria e respeitosa nas salas de aula e principalmente, devemos voltar o olhar para o Ensino Médio, pois nessa modalidade de ensino é que o estudo da cultura afro é mais esquecido.

O que precisa mudar na escola é, portanto, a forma de se trabalhar essa temática, afinal não se trata de um tema transversal. O texto da Resolução DCNEM não trata esse tema como transversal. Faz parte da Base Nacional Comum, é um “componente curricular”, não é “parte diversificada”, como podemos observar no Art. 3º, parágrafo 3º:

O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. (BRASIL, 2004).

A escola tem que se reinventar para implantar a obrigatoriedade da lei em seu cotidiano, além de trabalhar constantemente para superar o racismo, reconhecer e valorizar as raízes africanas da população brasileira que sofre com a exclusão e invisibilidade até hoje.

A formação de professores também é uma barreira a se transpor, grande parte professores da escola passou pela universidade há bastante tempo e a formação que receberam na época não tratava de questões relacionadas à diversidade. Muitos não se sentem preparados

para discutir em sala de aula temas que consideram espinhosos e por isso procuram se desvencilhar de tais abordagens. Preferem permanecer na “área de segurança” e, assim, evitar “problemas” com alunos ou suas famílias. Já houve na escola analisada neste estudo alguns episódios de conflitos entre professores que abordaram assuntos relacionados às Religiões de Matriz Africana e famílias de alunos, principalmente as evangélicas que não gostaram de saber que seus filhos estavam estudando “Macumba” na escola. Devido a tais acontecimentos, professores acabam por ficar receosos de abordar esses assuntos. A boa formação nesse caso faz muita diferença para o professor, que se sente preparado para lidar com tais situações e contorna-las de maneira positiva para todos.

As crenças religiosas dos professores também representam um “entrave” ao ensino da história e cultura africana nas escolas. Tal fato pode ser comprovado, conforme afirma a professora Ana Célia da Silva, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em uma matéria publicada no site Geledés, em 22 de novembro de 2014. Ainda, segundo a professora, houve avanços desde a publicação da lei, mas como ela mesma afirma os desafios ainda são grandes.

O desafio maior hoje é a atuação das igrejas evangélicas através dos professores evangélicos que, em sua grande maioria, demonizam tudo em relação à história e cultura afro-brasileira. Porque a história e cultura afro-brasileira parte da religiosidade, da cultura, e eles acham que tudo é demônio. (GNOTÍCIAS, 2014).

A professora identifica outra falha na criação da lei, que são os cursos de formação de professores, que costumam não ter continuidade. O texto da lei não exige que a história da África esteja presente no currículo das universidades e isso também dificulta, pois professores não são preparados para trabalhar o assunto quando saem das universidades e chegam às escolas. “O grande defeito da lei é não abranger os cursos de formação. Isso foi intencional. Eles vetaram o artigo que tornava obrigatório que todo professor de licenciatura passasse por essa formação”. (GNOTÍCIAS, 2014)

Atualmente, não só Universidade da Bahia, mas outras universidades estaduais e federais acrescentaram disciplinas sobre Cultura e História africana em seus currículos. O próprio GDE é um exemplo de que as universidades estão voltadas para a questão e sabem da importância da formação dos professores, não para aplicação da Lei 10.639, mas também para que as questões de gênero e diversidade façam parte da realidade nas escolas brasileiras.

A necessidade da criação de uma lei que determine que a História e Cultura Afro-brasileira e indígena sejam trabalhadas nas escolas se deve à urgência de se fazer justiça a essa parcela da população brasileira que tanto contribuiu para o crescimento do país através do trabalho e cultura, ressaltando também a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

Em muitas escolas estaduais se comemora o “Dia da Consciência Negra”, no dia 20 de novembro. Acontecem feiras culturais, grupos de alunos apresentam danças, capoeira, comidas típicas, artefatos e outros. Passada a data, não se fala mais no assunto, volta-se ao conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula e acaba aí. Não é essa a proposta, a “História da Cultura Afro-Brasileira” precisa ser trabalhada de forma integral. A lei 10639/2003 torna obrigatória a temática no âmbito de todo o currículo, ou seja, de forma ampla e não de maneira esporádica em feiras, por exemplo. Sua importância não deve ser relegada.

“Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências”.

“Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A 79-A e 79-B;”

“Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.”

“§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.”

“§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.” (BRASIL, 2003).

Na escola pesquisada, aconteceu na semana do dia 5 a 9 de outubro de 2015 uma “Gincana Cultural EPGAL²” e o tema foi “Brasil Contemporâneo”. Nesse período subtemas relacionados ao assunto estiveram em pauta, tais como: Diversidade de Gênero, Questões étnico - raciais, Feminismo, Inclusão, Movimentos Sociais, Maioridade Penal, Direitos

² Escola Professor Guilherme Azevedo Lage.

Humanos, Direitos dos Animais e outros. Também, Influências Culturais importantes para a formação do Brasil (Cultura Indígena, Africana, Portuguesa, Inglesa, Italiana e outras), Povos Ciganos, Comunidades Quilombolas. Mas passado esse período, dificilmente tais temas são abordados. As aulas de História seguem o padrão eurocêntrico na maior parte do ano letivo, como se África não fizesse parte da história do mundo e também devido a sua complexidade é sempre deixada para ser estudada “depois”. Então o que acabou acontecendo na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage é o que se repete em muitas outras escolas brasileiras, trabalha-se a África em feiras de cultura, Gincanas Culturais e projetos interdisciplinares, como se a temática não fosse parte curricular obrigatória, ou fosse menos importante.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras e nelas estão presentes as diretrizes para o ensino de História e cultura Afro- Brasileira e Africana. As diretrizes tem a expectativa de inspirar as instituições educacionais na elaboração de sua política de gestão, de modo que se garanta uma educação de qualidade social que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto o que fica expresso é que legislação e orientação existem, o que se faz necessário agora é que sejam executadas na íntegra nas escolas públicas e privadas do país.

Não se sabe muita coisa da história do Continente Africano e por isso para qualquer brasileiro afrodescendente, torna-se difícil conhecer suas origens e sua história. As fontes são difíceis de encontrar, são raras e ambíguas.

No que se concerne ao continente africano, é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral. (SILVÉRIO, 2013, p. 19)

Diante dessas e outras observações a respeito, conclui-se que ainda temos etapas a vencer. Segundo Nilma Lino Gomes e Rodrigo Edenilson de Jesus em seu artigo – Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003: Desafios para a política educacional e indagações para a Pesquisa – A escola tem que reinventar-se, reestruturar-se, questionar-se para implementar a obrigatoriedade

(GOMES; JESUS, 2013). Nas escolas visitadas estão sendo executados projetos e atividades por parte do corpo docente e ao mesmo tempo, em uma mesma escola, há professores que não conhecem a Lei 10.639/2003 ou sabem pouco sobre o assunto. Já nas escolas em que o mito da democracia racial se mostrou mais forte foram identificadas práticas mais individualizadas e com menor envolvimento dos profissionais. Dessa forma, há certo distanciamento da temática ficando evidente que seus pressupostos não estão relacionados com a rotina da escola e que ainda há muito a ser feito, mesmo após doze anos de criação da lei 10639.

A Secretária de Estado da Educação de Minas Gerais, Macaré Evaristo participou de painel no auditório do Ministério Público de Minas Gerais, durante o “Seminário Racismo (Re) conhecer para enfrentar”, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2015. Durante sua fala a secretária ressaltou a necessidade de “reconhecermos que o país produziu em sua política de estado um racismo institucional” e demonstrou como a negação para crianças jovens negras se deu de forma sistemática e institucional. Ela, inclusive citou o Decreto 1.333 de 17 de fevereiro de 1854, que proibia a admissão de escravos nas escolas públicas. Já após a “lei do Ventre Livre”, o Decreto 1.878 estabelecia que os negros libertos só pudessem estudar após os 14 anos e no período da noite. Ela ressaltou, ainda que todo esse processo de exclusão só passou a ser desconstruído em 2003, a partir da Lei 10.639. (SECRETARIA, 2015).

Percebe-se, como é fundamental para a democratização efetiva da educação no país a implantação da Lei 10.639 nas escolas. Essa lei representa para os brasileiros um “divisor de águas”, ela não só reconhece raízes e culturas responsáveis pela formação do povo brasileiro, como também dá visão e legitimidade aos afrodescendentes e sua história. O tema “Beleza Negra”, por exemplo, deve ser abordado de forma positiva, com legitimidade, para que os alunos negros se vejam como belos e sem a obrigação de seguir os padrões de beleza impostos pela mídia branca e racista. A valorização da identidade negra é possível também pela aceitação. Quando as garotas negras passam a valorizar seu cabelo natural, seus cachos e abandonam de vez a chapinha se veem e são vistas como vencedoras. Elementos como a memória, a ancestralidade e a musicalidade são também instrumentos de transmissão de conhecimentos e podem ser usados pelo professor como um recurso que valoriza a autoestima dos alunos negros.

É necessária à abordagem do assunto e o trabalho conjunto de toda a escola, a fim de alcançar o objetivo de se construir uma sociedade justa e igualitária. E isso só será possível com uma educação que fortaleça as diferentes identidades, a diversidade e o respeito mútuo.

Tais temas e discussões são relativamente recentes na escola, e talvez por isso ainda encontre resistência, tanto entre os alunos, suas famílias e até entre os professores e gestores. Porém, tal resistência e até rejeição não significam motivos para não abordar tais temáticas. Constituem-se, portanto motivos maiores para a aplicação efetiva da Lei 10.639 nas escolas.

Durante a pesquisa sobre a implantação da lei 10.639 nas escolas, foi possível observar que existe muito material disponível para o professor estudar e se apropriar do assunto. A própria Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG), disponibiliza em seu site institucional material para educadores e escolas e a biblioteca da escola também conta com um bom acervo. O que se observa é que professores e escolas ainda não pararam para discutir a temática com profundidade e continuam privilegiando a cultura eurocêntrica, tanto nas aulas de História, como também em Arte e Literatura. O ensino de História ainda não contempla plenamente as três matrizes de formação do povo brasileiro (Europeia Indígena e Africana) com equidade. A minha pesquisa se baseou na observação de conversas de professores, em algumas intervenções ou indagações que fiz nas conversas, em pequenos seminários com alunos, observação e participação na Gincana Cultural realizada na escola e leitura das bibliografias. A lei é de 2003 e pode-se dizer que houve avanços significativos, mas que não ocorrem da mesma forma em todas as escolas, algumas se encontram mais avançadas na implantação da lei 10639, mas existem escolas onde só se fala de questões raciais em datas específicas, como na Semana da Consciência Negra, ou menos ainda, só no dia 20 de novembro. A população negra ainda sofre com a invisibilização e o preconceito em situações diárias, através de imagens negativas associadas ao seu fenótipo e que, infelizmente são vistas como naturais por alguns e não perceptíveis para outros, o processo de subalternização de pessoas negras acontece há tanto tempo no Brasil, que muitos não desenvolveram o olhar para a questão.

Diante disso, a proposta é que a Lei 10.639 precisa ser incorporada a rotina escolar e nós professores não podemos fugir do debate, é preciso desenvolver na escola pesquisada uma proposta de trabalho que seja também uma intervenção curricular, que atenda aos pressupostos da lei. Devemos romper com padrões instituídos e não permitir o silenciamento da diversidade na escola. Trabalhar a diversidade significa também dar voz e direito à diferença, além de contribuir para o desenvolvimento de estudantes autônomos, capazes de opinar e que se reconheçam como pessoas de direitos. Práticas discriminatórias e excludentes não devem fazer parte do cotidiano escolar, precisam ser banidas, pois causam angústia e exclusão das vítimas, que quando se tornam pessoas adultas continuam a carregar o estigma

dessas situações ruins da infância e adolescência. Por tudo isso é impossível abster-se de intervir e buscar modificar de maneira positiva as relações através de uma educação antirracista, afinal o racismo contribui de maneira muito negativa na vida de suas vítimas.

Capítulo 4: Estudo de Caso abordando desafios e perspectivas da implantação da Lei 10639/2003 na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage.

Sobre a diversidade étnico-racial é importante que se ressalte que é um componente marcante do povo brasileiro e por isso é também muito forte no cotidiano escolar. Esse foi o principal motivo do meu interesse pelo tema, pois venho percebendo que o racismo faz parte do cotidiano escolar e interfere nas relações sociais que acontecem nesse ambiente. É possível uma escola não racista em uma sociedade racista? A Lei 10639 é do ano de 2003 e de lá pra cá as escolas do país têm procurado implantá-la nos currículos e no dia a dia escolar, afinal lei têm que ser cumprida. Porém, o que se observa é que ocorrem entraves para que haja sucesso nessa empreitada.

Na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage a aplicação efetiva Lei 10.639 ainda não é realidade, segundo observações feitas do cotidiano da escola, tanto da equipe gestora, como de professores, funcionários e alunos. No que se refere à equipe gestora e professores, a falha que observei encontra-se em primeiro lugar, na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois em nenhum momento são citadas questões relacionadas à diversidade e questões étnico-raciais. É, portanto, uma lacuna no PPP, pois este não dialoga com os pressupostos previstos na Lei 10.639/2003. A escola por sua vez tem clientela bastante heterogênea, caracterizada por alunos de classe média baixa, cuja faixa etária está entre 15 e 22 anos e atende aproximadamente 1200 alunos distribuídos em três turnos: manhã/tarde/noite. Os alunos são procedentes de vários bairros próximos ao São Gabriel. Por outro lado, sabemos que a presença da temática no PPP não garante por si só a implementação efetiva da Lei 10.639 na escola. São necessárias ações propositivas que contemplem sua aplicação, afinal é bastante comum que o PPP seja feito em conjunto, com a participação de todos os atores envolvidos (equipe gestora, professores, funcionários, alunos e comunidades escolar), e ainda assim permaneça esquecido no fundo da gaveta, não sendo efetivamente aplicado. Mas, penso que a inclusão da temática étnico-racial no PPP da escola pode ser um primeiro e importante passo para a reflexão sobre a necessidade da implementação da Lei 10639 na escola pesquisada. Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da

escola que é do ano de 2013, ou seja, bastante recente e por esse motivo, perceptivelmente falho por não abordar temáticas relacionadas à Diversidade em nenhum tópico. Na parte que trata da Concepção filosófica e pedagógica da escola fala-se da importância da estrutura ideológica e da parte pedagógica da escola, bem como da importância das relações sociais para a construção de um aprendizado significativo para os educandos, é dado um destaque para a educação inclusiva, mas em nenhum momento são citadas as relações étnico-raciais.

Por se tratar de uma escola de Ensino Médio, a instituição estudada apresenta algumas especificidades que devem ser levadas em conta, como por exemplo, a necessidade de incluir no currículo temáticas que busquem objetivar a democratização de oportunidades e a flexibilização do currículo já que essa é a etapa da Educação Básica em que devem ser consolidados os princípios e meios que permitam aos educandos o pleno exercício da cidadania. Para tanto, a escola busca desenvolver parcerias com o corpo discente, dando a eles a oportunidade de sugerir, opinar e participar da escolha e da organização de atividades extracurriculares e recreativas da escola. Periodicamente acontecem reuniões entre o Diretor, Vice-Diretor e representantes de turmas com o objetivo de ouvir a opinião dos alunos, discutir novas propostas e avaliar o que vem sendo feito em relação às atividades extraclasse que são organizadas pelos próprios alunos, isso é possível porque o aluno do Ensino Médio é mais autônomo que alunos do Ensino Fundamental. Citando um exemplo: A escola tem uma rádio e um blog onde são realizadas atividades diversas no sentido de informar, agregar e promover envolvimento de alunos dos três turnos, essas atividades contam com a mediação de alguns professores, mas são os alunos que ficam à frente de tudo. A iniciativa ajudou no aprimoramento da autonomia entre os estudantes e até os mais tímidos participam dessas atividades selecionando músicas que vão tocar nos horários de recreio ou através de postagens no blog.

Mas, como poderemos incluir a temática étnico-racial no PPP da escola e realmente integra-la ao cotidiano escolar? A equipe gestora pretende realizar em 2016 rodas de conversas, reuniões com alunos, professores, funcionários e comunidade escolar para que sua inclusão aconteça e seja trabalhada na escola já em 2016 de forma plena e efetiva. A participação de todos os segmentos da escola é o caminho mais viável para o sucesso dessa meta. Como dissemos anteriormente, essa estratégia por si só não garante êxito, mas é fundamental que essa etapa aconteça, é importante também que todos abracem a ideia e a incorporem nas atividades diárias que acontecem na escola, o discurso deve estar afinado, todos devem fazer parte do projeto e o trabalho deve ser interdisciplinar.

Quanto ao livro didático adotado pelos professores de História, observa-se que a temática étnico-racial é abordada, porém como os próprios professores relataram em conversas informais persiste a ênfase na escravidão, Mercado de escravos, Palmares, Zumbi, resistência quilombola, tráfico, crise da escravidão, fim do tráfico, movimentos abolicionistas, Lei do Ventre livre, Lei Áurea. Ou seja, são trabalhadas temáticas que privilegiam a visão eurocêntrica, que fala muito da escravidão, mas não traz a pessoa do negro, a vida que ele tinha antes da escravidão e dos trabalhos forçados, falta no livro didático a visão do negro como pessoa, ser humano que não é escravo por natureza e sim por força e imposição. Os professores relatam que produzem materiais através de suas pesquisas para trabalhar questões relacionadas à identidade e cultura africana, pois os livros melhoraram, mas não atendem os objetivos propostos e necessários a implantação da Lei 10639.

Os professores costumam encontrar muita resistência por parte dos alunos do Ensino Médio quando abordam temáticas étnico-raciais em sala, inclusive entre os alunos negros que em muitos casos não se identificam como negros, principalmente quando tem o tom de pele mais claro. Os estudantes, assim como a sociedade não se veem racistas, o racista é sempre o outro, ou seja, eles reconhecem que o Brasil é um país racista, mas ninguém se vê como uma pessoa racista e hoje em dia, é difícil encontrar alguém que defenda ideias racistas abertamente. No entanto, parte do imaginário racista ainda persiste entre nós, mesmo que de maneira diferenciada. Entre os alunos do Ensino Médio, o racismo manifesta-se através das brincadeiras entre eles e também deles com os professores e esse tipo de comportamento ocorre também no grupo de professores. Ou seja, as pessoas usam o tom de brincadeira para atenuar ações racistas e em muitos casos acreditam que não estão praticando racismo. Vou citar frases que são recorrentes entre alunos: “Ah fessora, cê só chama minha atenção porque sou preto”, “Só tirei essa nota porque sou preto”, “Ele tem o pé na senzala”, “Aquele neguim é macumbeiro”, “Aquele professora é macumbeira”, “Não pego aquele tição de cabelo bombril” e outras. O pior é que ouvimos essas coisas também de professores e funcionários e pude observar que essas falas saem naturalmente, não são planejadas e muitas vezes sequer percebidas como práticas racistas por quem as proferiu.

Temos também na escola um professor que é negro, e o mesmo desenvolveu ao longo de sua história de vida uma estratégia para lidar com o racismo, essa forma particular de agir sobre tal questão acabou sendo naturalizada com o tempo e vou descrever aqui algumas observações que registrei sobre esse comportamento, que é visto por todos de forma bastante tranquila. Esse professor sempre faz brincadeiras e piadas sobre negros, tanto entre os pares,

como também com os alunos, que pelo fato de verem as piadas sendo feitas por uma pessoa negra não se ofendem e levam na brincadeira também. Ele diz coisas como: “Não fala nada porque você é preto e preto até calado tá errado”, “O que essa coisa preta quer aqui?”, “Cala a boca preto” e outras “brincadeiras” do tipo. Os alunos, por sua vez, não deixam por menos e também aderem a “brincadeira” e dizem para o professor coisas do mesmo tipo. Entre eles tudo se torna uma grande piada, todos riem e tudo fica bem. Porém, não vejo a situação com tanta naturalidade, pois esse tipo de comportamento, em minha opinião, só contribui para a normalização do racismo na escola, e um racismo que acontece de maneira sutil, pois é visto como inocente por alguns, como não racismo por outros, principalmente porque parte de uma pessoa que é negra. Portanto, como disse inicialmente, essa foi uma estratégia da qual ele se utilizou para lidar com o racismo vivenciado ao longo de sua vida, com isso acabou adotando esse comportamento de deboche consigo mesmo como forma de se proteger e não ficar com raiva das piadas, afinal dessa maneira ele pode se incluir nas “brincadeiras” que caracterizam expressões comuns do racismo no Brasil. Tudo isso, aliado ao seu bom humor característico acabaram se incorporando a sua personalidade tranquila e bonachona. Conversei com o professor de maneira informal, sem a intenção de criticar sua forma de agir em relação a sua cor de pele ou ao racismo, afinal minha intenção era investir na interlocução para compreender melhor como meu colega de trabalho vivenciava e significava as dinâmicas raciais na instituição.

Durante o ano letivo de 2015 observei que apenas dois professores trabalharam assuntos relacionados à temática racial em sala no dia a dia e é importante ressaltar ambos participam de cursos de formação relacionadas a questões raciais e diversidade. Nas turmas de 3º ano do turno da manhã, que foram as turmas que mais observei por serem as que trabalho mais diretamente, os dois professores abordaram durante o ano assuntos como: racismo, cotas para alunos negros nas universidades, extermínio da juventude negra no Brasil, Estatuto da Igualdade Racial, a situação do negro no país ontem e hoje. Tais assuntos foram trabalhados em forma de pesquisas, análises de reportagens, discussões em sala, seminários e outros. As discussões eram sempre bastante calorosas e com opiniões muito diferentes sobre o tema, chegar a algum consenso tornou-se quase utopia. Mas, estabelecer conclusões nesse caso não era o mais relevante, o que nós queríamos mesmo era que eles parassem para pensar sobre essas questões. Quando você chama o aluno para a discussão e dá a ele a palavra, a oportunidade de expor sua opinião ele costuma ser mais sincero do que quando você propõe um trabalho para que ele pesquise e depois apresente de maneira formal. Quando a

apresentação é formalizada em um evento, ou feira de cultura ou mesmo na sua sala de aula, ele costuma ser mais ponderado com o que fala, principalmente se a atividade for avaliativa, afinal ele quer receber uma boa nota. Na discussão informal, aquela que acontece por acaso na aula eles se sentem mais a vontade, se soltam e emitem opiniões mais condizentes com o que pensam de verdade.

Aconteceu na semana do dia 5 a 9 de outubro de 2015 uma Gincana Cultural e o tema foi “Brasil Contemporâneo”. Nesse período subtemas relacionados ao assunto estiveram em pauta, tais como: Diversidade de Gênero, Questões étnico - raciais, Feminismo, Inclusão, Movimentos Sociais, Maioridade Penal, Direitos Humanos, Direitos dos Animais e outros. Também, Influências Culturais importantes para a formação do Brasil (Cultura Indígena, Africana, Portuguesa, Inglesa, Italiana e outras), Povos Ciganos, Comunidades Quilombolas. Mas passado esse período, dificilmente tais temas são abordados. As aulas de História seguem o padrão eurocêntrico na maior parte do ano letivo. Todas as atividades que foram realizadas durante a gincana tiveram como principal objetivo romper com processos e comportamentos que são considerados discriminatórios e excludentes no ambiente escolar. Porém, todas as atividades realizadas foram competitivas (no formato de gincana) e avaliativas, pois foi à forma que a escola encontrou de garantir a efetiva participação da maioria dos alunos. E como estavam sendo avaliados, todos tiveram o cuidado em se expressar da maneira mais correta possível, não emitiram durante as apresentações comentários discriminatórios, racistas ou homofóbicos. No final de tudo, o resultado foi muito positivo, pois chamou todos à responsabilidade, a pensar seu papel na sociedade e o que podem fazer para contribuir de forma positiva para a melhoria dessa sociedade.

O ponto negativo que identifiquei nas apresentações foi à persistência da figura do negro escravo, muitas apresentações trouxeram mais do mesmo, ou seja, danças africanas e indígenas, comidas típicas, o negro na senzala, o trabalho escravo, enfim a permanência da visão da supremacia eurocêntrica e do escravo cativo. Durante as reuniões que foram realizadas para a elaboração das atividades que seriam propostas aos alunos, o vice-diretor, que é professor de História, sugeriu que fossem trabalhadas situações condizentes com a situação dos negros, dos índios, dos ciganos e de outros grupos nos dias atuais, mas o que se verifica entre professores e alunos é que há uma resistência a se abrir para coisas novas, grande parte prefere fazer o que já sabe ou está acostumado. Tais episódios não se repetiram em todos os trabalhos e tivemos trabalhos bastante ricos e atuais, como por exemplo, a turma que realizou uma pesquisa escrita e de campo sobre a situação atual das comunidades

remanescentes quilombolas, sua luta constante para manter os costumes antigos e o território. Os alunos foram até as comunidades e entrevistaram moradores antigos, souberam um pouco da sua história e de como vivem hoje. Eles pesquisaram sobre a Comunidade Quilombola na Região Oeste de Belo Horizonte que atualmente tem seu território protegido por uma liminar. O território dos “Luízes” foi reconhecido em 2008 e fica no Bairro Grajaú. O município de Belo Horizonte fica proibido de conceder licenças e de emitir alvarás de construção no local, que fica em uma área de alto valor imobiliário, portanto alvo de especulação por parte de construtoras. Esse trabalho foi bastante rico e através dele os alunos puderam aprender sobre a importância de se preservar a cultura e as tradições dessa comunidade e sobre a luta para manter o direito de permanecer no seu do território, pois a mesma foi sendo engolida pela cidade ao longo do tempo. Esse trabalho de campo permitiu a análise de uma situação real das lutas do negro na sociedade contemporânea. O negro deixou de ser escravo, mas a luta pelos direitos, pelo reconhecimento e pelo respeito continua viva, assim como suas tradições e culturas que se mantêm através dessas comunidades.

Outro trabalho que deve ser mencionado é o que foi realizado por um grupo de meninas que produziram slides e apresentaram em uma data show, onde procuraram ressaltar a “Beleza Negra” através de fotos de modelos que apresentam o cabelo crespo e sem chapinha. Além de disso, venho observando que muitas alunas têm rompido com a ditadura da chapinha e estão assumindo seus cachos com naturalidade e amor próprio, libertando-se do padrão de beleza do cabelo liso que tradicionalmente é imposto pela sociedade e pelas mídias, aliás, essa é uma tendência em crescimento entre as mulheres negras, especialmente entre as mais jovens. Tivemos também trabalhos sobre racismo e preconceito, onde os alunos condenaram qualquer tipo de manifestação racista ainda presente na sociedade brasileira através de teatros e textos escritos por eles. Práticas racistas e excludentes precisam ser combatidas na escola e na sociedade de maneira incessante, pois são desumanizadoras e reproduzem no imaginário daquele que sofre com tais ações sentimentos de inferiorização que deixam sequelas que podem permanecer por toda a vida da vítima.

Já na semana do dia 16 a 20 de novembro (Semana da Consciência Negra), nenhum professor trabalhou o assunto, não houve apresentações ou seminários. Minha intenção não era intervir ou sugerir atividades nesse momento, pois meu interesse era a observação. Em minha opinião, três motivos contribuíram para que atividades relacionadas à data não fossem realizadas na escola:

- A escola havia realizado uma atividade cultural na semana do dia 5 a 9 de outubro que contemplou temáticas étnico-raciais.
- A comemoração do dia 20 de novembro e as temáticas étnico-raciais não constam no PPP da escola.
- A proximidade da semana de provas finais e a preocupação dos professores com o fechamento do 4º bimestre.

A escola já percebeu que é preciso mudar a forma de trabalhar e que é fundamental discutir temáticas relacionadas à Diversidade, por isso realizou a Gincana Cultural abordando o assunto. Durante a realização das atividades os alunos se envolveram muito, pesquisaram, discutiram, polemizaram, enfim mostraram a que vieram, deixaram claro que querem mudanças, que querem se expressar e que não aceitam mais viver os padrões estabelecidos pela sociedade sem questionar e sem se posicionar. A Lei 10639 ainda não se efetivou na escola, mas o caminho foi aberto, as questões relacionadas à diversidade, inclusão, racismo, gênero tem que compor o currículo escolar, não são apenas “Temas Transversais” como muitos ainda entendem.

As questões raciais estão presentes no cotidiano escolar, assim como na sociedade e foi importante observá-las, em algumas situações, o racismo é explícito, ainda que as pessoas não percebam, ou finjam não perceber, porém na maioria das vezes ele é sutil e se apresenta quase imperceptível, através de brincadeiras entre colegas, risos e piadas, pois a escola atende apenas alunos de ensino médio, com idade entre 15 e 17 anos no diurno e mais velhos no noturno. Nessa faixa etária, violência corporal e apelidos não são comuns e estes quando ocorrem, são apenas de “brincadeira” e sem a intenção de “ofender”. Existe racismo na escola e precisa ser combatido diariamente, pois conceitos e valores ligados a sua prática ainda são bastante evidentes no brasileiro de uma maneira geral.

Considerações Finais

Ao realizar a pesquisa a partir da análise da bibliografia que aborda essa temática e das observações feitas da escola participante pudemos identificar que temos questões que precisam ser superadas para que possamos conquistar a igualdade e o direito às diferenças na educação brasileira. A educação que estamos oferecendo as nossas crianças e jovens busca

garantir a igualdade? A escola está preparada para trabalhar com a diversidade? A Lei 10639 está sendo cumprida na escola pesquisada?

Segundo Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus na pesquisa *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10639/2003: Desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa*, para avançar no processo de implantação de uma educação mais democrática e igualitária e que combata o racismo é preciso ouvir aqueles que estão à frente de todo o processo. É preciso conhecer o que já foi feito, o que vem sendo realizado e também identificar o que ainda precisa ser executado no que se refere à educação e racismo na escola. Existem materiais e diversas publicações, como livros, artigos, pesquisas e teses sobre a temática africana no Brasil, o que precisamos fazer agora é colocar tudo isso em prática. E para que isso seja feito é preciso conhecer e reconhecer a escola e o professor e saber o que pensam sobre o assunto.

Entende-se que, para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo. (GOMES; JESUS, 2013, p. 22).

Percebe-se que educadores e gestores constituem-se como peças fundamentais em todo o processo educacional e para que o objetivo proposto pela escola, que é a efetiva implantação da Lei 10639/2003 seja alcançado será preciso escutar alunos, professores, funcionários e comunidade escolar e assim construir uma proposta conjunta, que seja significativa para os sujeitos envolvidos. A escola é o lugar onde as relações acontecem, e a forma como tais relações se constituem e se firmam está relacionada com a comunidade em que a escola está inserida e também com a forma como a escola atua diante das questões cotidianas. Para o cumprimento da Lei 10639, por exemplo, é importante que seja feita uma mudança curricular, é importante que a História e Cultura Afro-Brasileira sejam contempladas no currículo da escola e isso só acontecerá se houver um diálogo com todos os atores envolvidos no processo. Há que se falar, porém que não é somente o currículo formal que deve ser alterado na escola, pois o currículo oculto também é fundamental para a efetivação da Lei

10639 na escola pesquisada, e em outras instituições. Ou seja, além de se buscar a igualdade e a construção de uma sociedade mais justa através da efetiva aplicação da Lei 10639 por meio de uma mudança curricular ou pela construção de um novo Projeto Político Pedagógico (PPP), deve-se também atuar nas relações cotidianas que acontecem no ambiente escolar. Em uma conversa com a equipe gestora, ficou decidido pela construção de um novo PPP para escola em 2016, um PPP que seja mais condizente com a realidade e com os anseios da comunidade escolar, que seja construído com a coletividade, onde a diversidade faça parte da concepção da escola, e principalmente que esse PPP seja realmente aplicado e não se torne apenas um documento burocrático esquecido na gaveta, ele deverá atender as principais demandas da escola e se direcionar de forma que os pressupostos da Lei 10639 sejam contemplados e executados. Para isso é importante que ele contemple o currículo escolar, é preciso promover uma mudança curricular, especialmente nas disciplinas de Arte, História e Literatura, lembrando que as demais disciplinas também devem ser contempladas, já que é importante que o currículo seja interdisciplinar.

Para superar o racismo na escola é preciso desconstruir conceitos que se encontram impregnados no imaginário de cada um dos sujeitos dessa escola e também da sociedade e nesse ponto há que se ressaltar que o trabalho tem que começar pela escola, se escola obtiver êxito nessa tarefa isso irá se refletir na sociedade. Existem muitos estereótipos relacionados à inferioridade e incompetência que estão ligados aos negros, inclusive nos livros didáticos e isso leva ao desenvolvimento de preconceitos tanto nas crianças e jovens negras como nas não negras e também uma baixa autoestima nessas pessoas. As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade. (Superando o Racismo na escola, p.26).

A escola que pretende superar o racismo deverá comprometer-se com a causa de maneira efetiva, responsável, humana e deve estar disposta a trabalhar as diferenças existentes em cada um, ressaltando o direito que cada indivíduo tem de viver suas diferenças.

Trabalhar a razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como tratá-los, realizar concursos de penteados afros, trazer trançadeiras para trançar na sala de aula, são algumas atividades que podem desconstruir a negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos. (SILVA, 2005, p.28).

A escola democrática e inclusiva deve garantir aos seus alunos o direito a diferença, afinal a igualdade que se pretende alcançar na escola só se torna possível quando se garante o direito as diferenças que são naturais de cada indivíduo. A diversidade está presente na escola, na sociedade e nas relações humanas e a escola precisa estar preparada para trabalhar com pessoas que querem exercer o seu direito a diversidade. Nesse sentido, as práticas escolares e a postura dos professores diante da diversidade presente na escola são determinantes para o sucesso do trabalho, é preciso que a escola e os professores pensem e repensem suas práticas, é fundamental que se avalie o trabalho que está sendo desenvolvido pelo corpo docente, pois até a forma de conduzi-lo deve ser avaliada. Não basta uma boa ideia, uma intenção nobre para se alcançar o objetivo proposto, é preciso sensibilidade, ética e percepção eficaz para trabalhar a diversidade na escola, é preciso enxergar os sujeitos da nossa prática. (ALVES; HERMONT, 2014, p.14-15).

Ainda falando sobre diferenças, como pondera Nilma Lino Gomes, citada por Cavalleiro, em certos momentos, “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode ser paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES *apud* CAVALLEIRO, 2006, p. 15). Então, o que percebemos é que a escola que pretende incluir a temática da diversidade no currículo deve antes de tudo identificar as diferenças existentes e atuar a partir do reconhecimento da sua existência.

De acordo com as observações feitas pude concluir que é possível realizar um trabalho de intervenção na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage, com o objetivo de implantar de maneira real e efetiva a Lei 10639/2013, pois a escola conta com profissionais comprometidos e a equipe gestora vai ter isso como meta, dando abertura para que discussões e planejamentos aconteçam nesse sentido. As alterações e ajustes necessários serão feitos no PPP da escola, a biblioteca conta com um bom acervo e novos materiais poderão ser adquiridos de acordo com a necessidade.

É preciso ter cuidado ao se construir práticas educativas inovadoras, pois não podemos reforçar padrões hegemônicos que estão presentes no imaginário de todos, queremos romper esses padrões e não reforçá-los. A proposta curricular deve ser bem planejada e os sujeitos envolvidos devem ter autonomia de se manifestar diante de situações que considerarem necessário intervir. Não se pode correr o risco de construir uma proposta de trabalho que não

contemple as diferenças presentes na escola ou que reforce estereótipos que se pretende combater.

Trabalhar a diversidade na escola não é uma tarefa simples, durante muito tempo e até hoje se percebe que a escola por muitas vezes prefere assumir a postura de neutralidade diante de situações consideradas espinhosas, como racismo e homofobia, não são raras as situações onde a escola prefere abster-se de assumir posturas que poderão ser consideradas pela sociedade como transgressoras ou mau exemplo para os jovens estudantes. Muitos acontecimentos que envolvem práticas homofóbicas ou racistas que são veiculadas pela mídia ficam fora do debate escolar porque são consideradas polêmicas por pais e professores. Portanto, o que se busca é romper com tais comportamentos que a escola ainda insiste adotar em algumas situações específicas e que podem comprometer e prejudicar muito o desenvolvimento e a formação dos jovens alunos.

“O ideário constitutivo da escola enquanto espaço de neutralidade inscreve o apagamento das diferenças de orientação sexual, racial, cultural, regional que transitam nesse espaço. O espaço escolar acaba frequentemente corroborando a manipulação de estereótipos, por exemplo, inferidos a raça entre negros (as) e brancos (as), assim como na formatação dos discursos, atitudes e modelos de socialização, componentes das práticas e discursos que atuam na legitimação da discriminação racial.” (SILVÉRIO, 2014, p. 119).

Diante disso, o que se pretende é que a escola seja de fato democrática e que não seja mais uma a reforçar padrões de comportamento hegemônicos que podem culminar no fracasso escolar de estudantes negros que por não sentirem acolhidos e valorizados nas suas diferenças acabem aumentando as estatísticas já tão altas do abandono escolar. A Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage pretende assumir em 2016 o desafio de implantar em seu currículo o estudo da História e Cultura Africana de forma efetiva, inovadora, ética e democrática, pois ficou evidente que até então isso vinha sendo feito de maneira ineficiente, não sendo cumprido integralmente o que determina a Lei 10639/2003. É preciso levar o aluno a pensar sobre o assunto, uma forma eficiente de vencer o preconceito é pensar sobre ele, falar, discutir e trazer novas ideias, não se trata apenas de cumprir uma lei, trata-se de modo de vida, linha de pensamento, ações e atitudes concretas. Mais importante que cumprir o que determina a Lei 10639/2003, é romper com correntes e pensamentos que há muito tempo fazem parte do

imaginário de cada um como muito bem explana o antropólogo Kabengele Munanga em uma publicação do Geledes.org.

“Preconceitos são muitos, por isso você não pode ter uma fórmula geral para combater todos os preconceitos. Em primeiro lugar, você não se combate com a lei, que combate os comportamentos concretos que podem ser observados, flagrados e punidos. Os preconceitos são em um terreno em que você não combate com as leis, por isso a educação é importante. A educação é um dos caminhos para combater os preconceitos, não as leis”. (ARAÚJO, 2016).

Diante do que foi explanado, é possível enumerar alguns problemas encontrados na escola participante:

- A lei 10639 é do ano de 2003 e ainda não foi efetivamente abraçada pelas escolas, ou seja, a sua existência somente não basta;
- O racismo é visível na escola e na sociedade e a sua superação é necessária para que entraves enfrentados pela população afrodescendentes sejam definitivamente extirpados;
- A formação de professores é fundamental para que a Lei 10639/2003 avance nas escolas brasileiras;
- A lei 10639/2003 não consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, mesmo este sendo de 2013, ou seja, foi feito dez anos após a criação da lei;
- Os alunos, funcionários e professores não costumam detectar práticas racistas que acontecem em tom de brincadeira, veem tais brincadeiras como naturais e não racistas;
- As temáticas étnico-raciais não estão presentes no cotidiano escolar, são trabalhadas apenas em feiras, gincanas e eventos.

A equipe gestora e professores devem investir em ações de intervenção na escola participante e dessa forma suprimir lacunas que foram detectadas, uma proposta de trabalho que contemple a temática étnico-racial de maneira sistêmica através de discussões sobre o currículo da escola pesquisada, é preciso problematizar a questão racial no dia a dia da escola. Algumas propostas de trabalho podem ser elencadas:

- A escola é ambiente de socialização, então é importante ampliar o espaço democrático, crítico e participativo dos alunos, investir em aulas mais

dinâmicas, seminários e debates sobre temáticas étnico-raciais de maneira sistemática, lembrando que a formação do professor nesse caso é de fundamental importância para que o mesmo possa intermediar os debates de forma propositiva e assertiva;

- A temática étnico-racial não está contemplada no Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada, essa situação deverá ser revista no início do ano letivo de 2016, a fim de incluir e dessa forma legitimar as ações que serão desenvolvidas pelo corpo docente;
- Desenvolver projetos que busquem mobilizar alunos e professores diante de situações de racismo na escola e na sociedade e dessa forma demonstrar como o sistema econômico e social do país contribui para a intensificação das desigualdades entre negros e brancos;
- Romper com o racismo institucional presente na escola;

Acredito que a educação é a maior aliada na luta contra o racismo e a discriminação, lembrando que estes não estão apenas em atos consumados, encontram-se no olhar, nas ações sutis, no currículo oculto existente em todas as escolas e é isso que precisa ser trabalhado, é preciso desconstruir aquilo que está impregnado em cada um de nós e que passa despercebido. Se para vencer o preconceito precisamos de educação e não de leis, o mesmo ocorre em relação à implantação da Lei 10639 nas escolas, não basta à existência da lei, ela não garante o fim do preconceito, da discriminação ou do racismo na escola e na sociedade, a luta é grande e deve ser parte do cotidiano.

BIBLIOGRAFIA:

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. **Geledés**. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/4902-chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia>>. Acesso em: 15 de Julho de 2015.

ALVES, Maria Zenaide; Hermont, Catherine. **Estratégias metodológicas de trabalho com jovens**. In: CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; LINHARES, Carla (org). Cadernos temáticos juventude Brasileira e Ensino Médio. caderno 110, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARAÚJO, Thiago. Mito da Democracia Racial faz parte da educação do brasileiro. **Geledés**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/mito-da-democracia-racial-faz-parte-da-educacao-do-brasileiro-diz-antropologo-congoles-kabengele-munanga/>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.cehmob.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Caderno-Racismo.pdf#page=5>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

BRASIL. Lei N° 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em; 26/07/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diretrizes Curriculares Nacionais gerais da educação básica**/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículo e Educação Integral, Brasília. 2013.

BRASIL, Lei N° 12.711, de 29 de Agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições de Ensino Técnico de Nível Médio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 28/10/2015.

BRASIL, Lei N° 12.288, de 20 de Julho de 2010. **ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 28/10/2015.

BRASIL. Lei N° 10639. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro – Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 27 de julho de 2015.

CAMARGO, Paulo de. **Por Uma Escola Sem Preconceito**. Revista Educatrix. São Paulo, 1 semestre, 2014. Caderno de Gestão Escolar, p. 75.

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia da; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. **A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf>. Acesso em 25 de Julho de 2015.

CARVALHO, Marília Pinto. **O FRACASSO ESCOLAR DE MENINOS E MENINAS: ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E COR/RAÇA**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a10.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. **Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista**. In: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico Raciais Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

CLARO, Regina. **Olhar a África: fontes visuais para sala de aula**. 1ª ed. São Paulo: Hedra Educação. 2012

CONSELHO de Desenvolvimento Econômico e Social. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 5**. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014. 60 p. 1. Escolarização no Brasil 2. Desigualdades 3. Monitoramento. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/wp-content/uploads/2014/11/CDES_Relat%C3%B3rio_de_Observa%C3%A7%C3%A3o_5_2014.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

FILHO, Naércio Menezes. **Os Determinantes do Desempenho Escolar no Brasil/Instituto Futuro Brasil, IBMEC-SP e FEA-USP**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1091/os-determinantes-dodesempenho-escolar-do-brasil/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

GNOTÍCIAS. Professores evangélicos impedem ensino da história e cultura africana nas escolas. **Geledés**. 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/professores-evangelicos-impedem-ensino-da-historia-e-cultura-africana-nas-escolas-diz-especialista/>>. Acesso em 03 de Dezembro de 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. BEAUCHAMP Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. 1. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico – Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**/ Ed. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Edinilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10639, 2003**. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/31329/20035>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Democracia Racial**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/963688/democracia-racial/6>>. Acesso em: 15/02/2016.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**/ Andreas Hofbauer – São Paulo: Editora UNESP, 2006.

INFOGLOBO Comunicação e Participações. Criada a Lei Afonso Arinos, a primeira norma contra o racismo no Brasil. **O Globo**, 21 out. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criada-lei-afonso-arinos-primeira-norma-contra-racismo-no-brasil-10477391>>. Acesso em: 15/02/2016

INJÚRIA ou racismo? Da tribuna da Câmara, Vereador do PV ataca eleito: “Negro vagabundo”. **Folha Luziense**, Minas Gerais, 21 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.folhaluziense.com.br/2015/11/injuria-ou-racismo-da-tribuna-da-camara.html>>. Acesso em: 15/02/2015.

JESUS, Ednilson de; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude e Diversidade Étnica – Racial**. In: CORREA, Lycinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; LINHARES, Carla. Cadernos temáticos juventude Brasileira e Ensino Médio. caderno 10, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACEDO, Elizabeth. A Cultura e a Escola. In: MISKOLCI, Richard. (org.) **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 1, p. 11-44.

MENEZES-FILHO, Naércio. **Os Determinantes do Desempenho Escolar no Brasil- Naercio Menezes Filho, Instituto Futuro Brasil, IBMEC-SP e FEA-USP**. Disponível em: < http://www.cepe.ecn.br/seminarioiv/download/menezes_filho.pdf>. Aceso em: 17 de fevereiro de 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Geraaufms/uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo>>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, Alfabetização e diversidade, 2005. 204p.

OUANE, Adama *et al*(ed.).**EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** – Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005236 p. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Geraaufms/educacao-antiracista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-1063903>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

QUERINO, Ana Carolina *et al.* **Guia de enfrentamento ao racismo institucional.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/tag/guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/>>. Acesso em 28/10/2015.

SECRETARIA de Educação de Minas Gerais.Macaé destaca a exclusão do negro através de políticas públicas. **educação.mg.gov.br.** 2015. Disponível em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/7628-macae-destaca-exclusao-do-negro-atraves-de-politicas-publicas>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2015.

SILVA, Flávia Carolina da; PALUDO, Karina Inês. **Racismo Implícito: Um olhar para a educação infantil – Revista África e Africanidades – Ano IV – nº 14/15 – novembro.** 2011. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/14152011-19.pdf>>. Acesso em: 27 de Julho de 2015.

SILVA, Joseh. O mito da democracia racial no Brasil. **Carta Capital.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/aranha-e-o-mito-de-que-nao-ha-racismo-no-brasil-4850.html>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa.** – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa.** – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto (org.); SOUSA, Karina Almeida de;*et al.*In: MISKOLCI, Richard. (org.) **Marcas da Diferença no Ensino Escolar.** São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 4, p. 133-156, 2014.

TOKARNIA, Mariana. Professores tem desafio de ensinar cultura afro-brasileira, diz diretora. **Geledés.** 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/professores-tem-desafio-de-ensinar-cultura-afro-brasileira-diz-diretora/>>. Acesso em: 05 de Agosto de 2015.

